

COMUNICAÇÃO NA CONSTITUINTE: HEROÍDA POLÍTICA E IDEOLÓGICA

Poucos se deram conta de que um dos temas mais polêmicos da Constituinte foi "comunicação". Uma luta surda sacudiu os bastidores da Constituinte, mas o tema "comunicação" não explodiu num debate público. Em primeiro lugar, porque não interessava às grandes empresas de comunicação revelar a disputa que se travava. E em segundo lugar, porque o desequilíbrio de forças era gigantesco. O bloco conservador impôs seu projeto "a pontapé".

Em todas as instâncias da Constituinte, o tema "comunicação" provocou os trabalhos mais tumultuados. Na primeira instância da Constituinte, na "Subcomissão da Ciência e Tecnologia e da Comunicação", os trabalhos foram concluídos com um plano integrado por apenas 13 dos 21 constituintes que a compunham. Nessa Subcomissão, as manobras e o desrespeito ao regimento patrocinadas por um bloco conservador, fizeram com que 8 constituintes se afastassem em protesto, inclusive a relatora, deputada Cristina Tavares. E o texto final da Subcomissão foi aprovado por apenas 13 constituintes, entre os quais encontravam-se os donos dos veículos de emissoras de rádio e televisão (6 constituintes), os seus prepostos eleitos pela máquina da comunicação privada (2 constituintes), pelos aliados (pelo menos um constituinte) e pelos corrompidos de última hora (3 constituintes) que dobraram-se às pressões do Palácio do Planalto, do Ministério das Comunicações e até de governadores.

Na instância seguinte da Constituinte, a "Comissão da Família, da Educação, Cultura e Esportes, da Ciência e Tecnologia e da Comunicação" a situação não foi diferente. Esta foi a única Comissão, das 8 existentes, que não conseguiu concluir seus trabalhos. Um acirrado bloco conservador de 36 parlamentares rejeitou o moderado relatório do deputado Artur da Távola (PMDB-RJ) - que incorporava tênues avanços, sendo apoiado por 27 constituintes - e não permitiu que fosse apresentado outro relatório. O bloco conservador trabalhou pelo impasse e, esgotado o prazo, a matéria não foi submetida à votação. E para a Comissão de Sistematização, foi enviado integralmente o texto aprovado nos tumultuados trabalhos da Subcomissão.

Finalmente, o texto que foi empurrado, sem votação, da Subcomissão até a Comissão de Sistematização, foi sujeito pelo relator Bernardo Cabral a alguns reparos em aspectos não essenciais. E quando se esgotou o prazo para votação do anteprojeto do relator, a parte referente à comunicação foi aprovada em bloco, sem discussão.

PROPOSTAS PARA DEMOCRATIZAR

A resistência, na luta pela democratização da comunicação, ficou por conta da Federação Nacional de Jornalistas (FENAJ), que levou adiante as principais propostas da Frente Nacional de Luta por Políticas Democráticas de Comunicação, criada em 1984 e que acumulou experiência e propostas. Intervindo vigorosamente, a FENAJ chegou a apresentar uma abrangente emenda popular que destacava a necessidade de se dar prioridade à democratização do rádio e da

televisão: estes são os veículos economicamente mais importantes (absorvem cerca de 2/3 da totalidade das verbas publicitárias investidas no País), são os veículos política e culturalmente mais expressivos (os que têm maior abrangência geográfica e penetração popular); e, finalmente, são os veículos que hoje têm - com base na legislação vigente - um caráter de serviço público, ainda que atualmente esteja entregue indevidamente à exploração privada comercial.

Essa prioridade à radiodifusão foi traduzida na proposta de criação de um Conselho Nacional de Comunicação que, além de estabelecer políticas para a área de comunicação, teria a competência de outorgar as concessões e permissões de emissoras de rádio e televisão, democratizando as decisões na área. Esse Conselho seria integrado por entidades representativas da sociedade civil e decidiria sobre as outorgas "ad referendum" do Congresso. Hoje as decisões sobre outorgas são competência exclusiva e arbitrária do Presidente da República (para concessões de rádio Onda Média, Onda Curta e Onda Tropical), e para emissoras de TV ou do Ministro das Comunicações (no caso de permissões de emissoras de rádio FM).

ILICIVIDADE GENERALIZADA

No governo do general Figueiredo foram outorgadas, em menos de 3 anos de mandato 234 outorgas de emissoras. Em todo mandato, o número ultrapassou a casa das 200 outorgas. No governo Sarney a situação está piorando ainda mais. Em menos de três anos de mandato, o governo Sarney já outorgou 324 concessões e permissões de emissoras. Com essas outorgas, completou-se a ocupação de 8 das 11 emissoras de rádio OM e FM e de TV, tecnicamente viáveis no Brasil. Nos últimos meses, a fúria com que o presidente Sarney passou a disputar os cinco anos de mandato acentuou ainda mais o número de outorgas, na proporção em que aumentava seu valor como moeda de barganha política na compra de votos na Constituinte.

Não é de estranhar o uso político das outorgas na Constituinte. Afinal, são parentes do presidente Sarney os proprietários da TV Mirante, em São Luiz do Maranhão (genro e filhos). São parentes do ministro Antônio Carlos Magalhães, os donos da TV Bahia, em Salvador (genro, filho e cunhado). É esposa do secretário geral do Ministério das Comunicações (no cargo há mais de 14 anos) a deputada Rita Furtado (PFL-RO) que controla emissoras em Rondônia.

Entre as 324 outorgas distribuídas pelo governo Sarney está a da TV Canabari (em Natal, RN), que premiou o atual governador Geraldo Melo em sociedade com o atual ministro de Administração, Alcides Alves. Essas denúncias foram atualizadas, no último dia 9 de março, com novas denúncias da deputada Cristina Favares (PROS-PE) que revelou, na CPI da corrupção, uma extensa lista de beneficiados com outorgas, durante o governo Sarney: José Sarney Filho (deputado Federal, PDB-MA) e Roscena Murad (filha do presidente), um primo do presidente Sarney, o deputado Albarico Filho (PMDB-MA), um primo do senador Wilson Lobão (PFL-MA), além do ministro dos Transportes, José Raimundo Favares, entre outros. No dia seguinte, o filho do presidente acuiu à tribuna para os desmentidos. Mas a documentação apresentada pela Federação Nacional dos Jornalistas comprova a ligação da Rádio Mirante Ltda, juntamente com

No dia seguinte, o Filho do presidente, José Sarney Filho, ocupou a tribuna para assentar que tinha recebido concessões durante o governo do seu pai. Mas o secretário de radiodifusão do Ministério das Comunicações, Lourenço Lethab, que está há mais de 13 anos no cargo e concorda com sua área, garante que o Ministério não tem como controlar os "testas de ferro". E no Maranhão, jornalistas e radialistas garantem que Filhos do presidente foram beneficiados com concessões durante o seu governo. E se não foi diretamente, o secretário de radiodifusão do próprio Ministério mantém de pé a suspeita, admitindo o problema dos testas-de-ferro. No governo Figueiredo, a família Sarney foi beneficiada, diretamente com a concessão de TV durante a tendo como sócios Fernando Sarney e José Sarney Filho.

Por isso tudo, a FENAC defende que devam ser revistas todas as concessões e permissões outorgadas durante os governos da cidadania militar e durante o governo Sarney. A FENAC defende também a inclusão dessa proposta na emenda popular enviada à Constituinte - que cada entidade concessionária poderá obter no máximo uma concessão de emissora de rádio e televisão. O limite hoje é de 4 concessões de Onça Negra, e emissoras FM e 5 canais de TV em VHF, por entidade.

DEBATE POLÍTICO

A proposta de emenda popular apresentada pela FENAC - em conjunto com a Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior (ANDES) e a Central Única dos Trabalhadores (CUT) - foi também apoiada pelas lideranças dos principais partidos de esquerda: Luiz Inácio Lula da Silva, do PT; Brandão Monteiro, do PDT; Roberto Freire, do PDB, Marcelo Lima, do PC do B; Betó Assis, do PCB. Esse apoio e a consistência das propostas assistiu as grandes empresas. Mas logo ficou clara que a luta era desproporcional: não havia mobilização popular para sustentar as propostas. Um exemplo: enquanto a FENAC reuniu 32.379 assinaturas, outra emenda, patrocinada pela Associação Nacional dos Condutores Públicos, Associação Nacional dos Servidores do Departamento de Polícia Federal e Associação dos Delegados da Polícia Federal - uma emenda a favor da censura - coletou 6/1136 assinaturas. Isto é, mais do que o dobro da emenda apresentada pela FENAC.

A FENAC levou adiante as propostas mas não conseguiu viabilizar a política proposta pelo Frente Nacional de Luta por Políticas Democráticas de Comunicação que tinha como premissa a certeza de que a dimensão da tarefa de democratização dos sistemas de comunicação no Brasil transcende as categorias da área. Só um amplo movimento de massas pode levar adiante essa luta, com a sustentação das categorias profissionais mais mobilizadas, os setores democráticos e populares. A grande tarefa na luta pela democratização da comunicação é despertar, nos setores democráticos e populares, a consciência do interesse público na área de comunicação.

DEMOCRATIZAÇÃO

A avaliação para democratização antiga, neste momento, tem avaliação realista dos resultados até agora obtidos no projeto de Constituição que será levado a votação no plenário. Entre os parlamentares e setores que se dizem progressistas, há quem diga que foram registradas avanços. A isso não é verdade. É preciso denunciar que a Constituinte está prestes a aprovar, em plenário, um texto que - para a área da comunicação - constitui retrocesso em relação à atual Constituição e à legislação vigente. Essa é uma discussão fundamental, porque a resposta que se der aos resultados obtidos na Constituinte define as próximas passadas da luta pela democratização.

Em síntese, os que defendem que houve avanço nesses resultados, além de justificar a correlação com os interesses dos grupos monopolistas - como o deputado e jornalista Antônio Brito (PDS-RN), por exemplo - defendem uma posição básica: só é possível adotar medidas que não mexem com os interesses consolidados. Nessa perspectiva, nada pode atingir os que já usufruem dos benefícios e privilégios obtidos durante a ditadura militar e durante o governo Sarney, e como se estivessem propondo a proibição para que se instalem "novos" centros de tortura no país, porém, permitindo o funcionamento dos centros de tortura que já existem. E se alguém conseguira grosseira essa analogia entre o controle da comunicação e a tortura, deve examinar com mais cuidado o significado e a gravidade da manipulação da informação no Brasil, hoje. Afinal, não é só com a repressão física que se controla um povo. Nessa época de conciliação conservadora, para garantir privilégios de alguns poucos, o uso do poder de convencimento e a repressão ideológica nos meios de comunicação de massa são fundamentais para garantir o domínio das minorias.

A condescendência dos que vêem avanço nas disposições da Constituinte sobre comunicação, sem dúvida, é um subproduto da cooptação que tem esterilizado o potencial crítico da intelectualidade e de outros profissionais da área de comunicação, constrangidos pela usufruto de verbos, empregos e projetos que se distanciam cada vez mais dos interesses populares. O debate dessa questão tem que distinguir dois tipos de interlocutores: os que ainda necessitam necessariamente aprofundar a compreensão de que esta abordagem é de que já optaram pela conciliação contra os interesses das maiorias.

Nas questões de comunicação não há dúvida a soberania da Constituinte foi violada pela corrupção e, além disso, dezenas de parlamentares estão usando seus mandatos para legislar em causa própria (votando sobre concessões e permissões, sendo eles beneficiados por autorias). Nas questões referentes à comunicação, as decisões foram ilegítimas. E se serviram para assegurar os privilégios - também ilegítimos - concedidos a minorias. Não há fechar os olhos para isso. Não há como cobrar mais da Constituinte.

Há ainda um derradeiro argumento da constituinte conservadora: já rotados no campo da "mãe-tê" política, alguns acham que os resultados "não foram os melhores", mas que o principal virá na legislação ordinária. E, com isto, se exigem de abandonar o que aconteceu na Constituinte. Estes argumentos otimistas escondem seus

plena liberdade de expressão que a Constituinte, longe de favorecer a democratização, acabou criando impedimentos, apenas fortaleceu os interesses consolidados as margens. A derrota não foi apenas política, foi também ideológica, até agora não foi reconhecida sua dimensão.

CONTINUANDO A LUTA

A luta pela democratização da comunicação prosseguirá na revisão das legislações ordinárias. É deva partir de uma ligação crescente e imprescindível de uma ampla organização de todos os setores democráticos e populares poderá sustentar avanços. Essa luta só adquirirá consequência quando expressar um projeto político que vá além do senso comum imposto pela conciliação conservadora, um projeto que confronte a ilegitimidade do atual controle das emissoras de rádio e televisão que deixaram de ser um serviço público e foram reduzidas a instrumentos de satisfação de interesses meramente privados e comerciais. Essa dimensão do problema do rádio e da televisão foram percebidos não só o homem do povo, mas também as lideranças mais honestas exigem a atual organização da radiodifusão não algo natural, como algo inevitável e - o que é o pior - aceitável. É preciso reconhecer a ilegitimidade que os setores privados desse serviço público se auto-atribuem.

A Frente Nacional de Luta por Políticas Democráticas de Comunicação, desde 1984, defende um projeto de a aglutinação dos setores democráticos e populares num movimento unificado para fazer a luta avulsar. A dificuldade encontrada para rearticular a Frente em 1987, para atuar durante a constituinte, apesar de esforços da FENAC, trouxe consequências desastrosas. A luta pela democratização da comunicação foi derrotada política e ideologicamente na Constituinte. A luta para recuperar o terreno perdido, na revisão da legislação ordinária, exigirá toda força que os setores democráticos puderem acumular. É preciso rearticular com urgência a Frente Nacional de Luta por Políticas Democráticas de Comunicação. É preciso colocar, urgentemente, esse debate na rua, nas preocupações do povo, e preciso reconhecer que a democratização da sociedade como um todo. Sem democratização da comunicação, sem dúvida, não haverá democracia neste País.